

PA GIGOV/CB 0175/2024

CUIABÁ, 1 de abril de 2024

À
GIGOV/CBAssunto: **Análise Técnica Preliminar**

Ref: Contrato de Repasse MIDR 893954/2019 - Operação 1068574-38 - Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT

Senhor (a) Gerente (a),

1. O tomador encaminhou via site da plataforma Transferegov.br, documentação contendo justificativa e solicitação de alteração de localidade da intervenção para as obras do contrato em epígrafe. Como resultado da análise, listamos abaixo as seguintes considerações:
 - 1.1. A justificativa encaminhada expõe razões para a alteração de local de duas das cinco pontes objeto deste contrato de repasse. Nesta justificativa o Tomador informa que houve redução da meta e redirecionamento da obra e ainda relata que *“essa obra é de suma importância para a qualidade de vida da população de Nova Brasilândia, principalmente para as pessoas que residem na comunidade do PA Fica Faca e que depende dessa ponte para trafegar nas estradas vicinais da região.”*
 - 1.2. Na alteração proposta, o tomador pleiteia a alteração do local conforme a seguir: - *“Construção de Ponte de Concreto sobre o Rio Sobretudo no PA Fica Faca (comunidade Lote 11) no município de Nova Brasilândia-MT, redirecionada para ponte sobre o Rio Embira Branca (afluente do Rio Sobretudo) com dimensão 31,00X5,00m localizada aproximadamente numa distância de 6,00 KM do perímetro urbano na coordenada: 14°58'43,2799S 54°57'11,1999O.”*
 - 1.3. Uma vez que o local das pontes é parte da descrição do objeto do contrato, esta alteração caracteriza-se, de acordo com o item 3.11 do **SA 0150 100**, como alteração de objeto.
 - 1.4. Considerando o item 3.11.2.2.12, que diz "Para CR firmados em 2019 e 2020, **ficam autorizados**, mantidas as características da obra pactuada, ajustes no campo

“Objeto” da aba “Dados” da **Transferegov** para permitir alteração na localidade de execução do objeto inicialmente pactuado.

1.5. Considerando ainda este mesmo item 3.11.2.2.12, que traz em sua redação com relação aos ajustes no campo objeto “se sobrepondo às vedações à reformulação de projeto e à reprogramação dispostas nos itens 3.11.2.1.3e 3.11.2.1.6, desde que autorizados pelo gestor máximo do órgão concedente, seguindo o trâmite previsto no item 3.11.2.2.13e seus subitens (Lei nº 14.435/2022, Lei 14.513/2022, JU4422933 e JU4656855)”.

1.6. Considerando que os trâmites necessários para a alteração incluem a emissão de parecer sobre a solicitação e ainda considerando a justificativa apresentada, **somos de parecer favorável ao acatamento do pleito**, sendo que as alterações em planilhas e projetos ainda serão objeto de análise, após a aprovação do gestor máximo do órgão concedente, para verificação e emissão de Parecer de Reprogramação.

É o nosso parecer.

HUGO SALOMAO DE MORAES
Engenheiro Civil
GIGOV/CB – Gerência Executiva de Governo Cuiabá/MT